

**ÁLVARO HUMMES BITENCOURT**

**MULHERES & SISTEMA PRISIONAL:  
O SENTIDO DO TRABALHO PARA QUEM VIVEU E VIVE SOB A ÉGIDE DO  
CÁRCERE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais

Professor (a): Dr. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Porto Alegre

2012

## RESUMO

O Brasil, nos últimos doze anos, vem fazendo a consolidação de dados que ilustram uma nova lógica dentro do contexto da realidade carcerária do país. Tais estatísticas elucidam um ávido crescimento de mulheres envolvidas com o crime e, por conseqüência, com o cárcere. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, Depen/MJ, o índice de crescimento do cárcere feminino brasileiro nos primeiros dez anos da década passada, foi de 252%, ao passo que o aumento dos homens em regime de reclusão foi estimado em 115%. Dessa forma, podemos perceber que, enquanto a população masculina dobrou, a feminina mais que triplicou. Dentro deste contexto, o escopo da pesquisa que segue resulta de um trabalho de campo realizado no período de abril de 2010 a agosto de 2012, no presídio feminino Madre Pelletier e na Fundação de Amparo ao Egresso do Sistema Penitenciário, a FAESP – ambas localizadas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Neste período, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com seis mulheres, três apenas do Madre Pelletier e três egressas atendidas pelas Faesp. O objetivo do estudo é saber de que forma as experiências de trabalho são integradas nas trajetórias de vida de presas e egressas do sistema prisional, de acordo com narrativas das próprias entrevistadas. Por fim, podemos ressaltar que o desígnio da presente pesquisa é também procurar ampliar, complementar e aperfeiçoar o conhecimento do quadro conjuntural do cárcere feminino estabelecido no Brasil, bem como fornecer novos elementos para ajudar a fundamentar futuras formulações de políticas públicas sobre o assunto.

## ABSTRACT

Brazil, the last twelve years, has been making the consolidation of data that illustrate a new logic within the context of the nation's prison reality. Such an avid statistics elucidate growth of women involved in crime and, consequently, with the jail. According to the National Penitentiary Department of the Ministry of Justice, Depen / MJ, the growth rate of the Brazilian women's prison in the first ten years of the past decade was 252%, whereas the increase in men's prison system was estimated at 115%. Thus, we can see that while the male population has doubled, the female more than tripled. Within this context, the scope of the search that follows results from field work conducted from April 2010 to August 2012, the female prison Madre Pelletier and the Foundation of the Egress of Prisons, the FAESP - both located in Porto Alegre, Rio Grande do Sul this period, there were semi-structured interviews with six women, three of preys Madre Pelletier and three discharged inmates met by Faesp. The objective of the study is to know how the work experiences are integrated into life trajectories of trapped and discharged the prison system, according to the narratives of the interviewees themselves. Finally, we emphasize that the purpose of this research is also looking to expand, complement and enhance the knowledge of the female prison of cyclical framework established in Brazil, as well as provide new elements to help support future formulations of public policy on the issue.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 GÊNERO E O SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL</b> .....	<b>23</b>
1.1 O SISTEMA PRISIONAL FEMININO NO BRASIL: HISTÓRICO E DADOS ATUAIS .....	23
1.2 GÊNERO, MULHERES E CRIMINALIDADE – VELHAS E NOVAS QUESTÕES ....	26
1.3 MULHERES E O SISTEMA PRISIONAL.....	35
1.4 O MADRE PELLETIER E SUA HISTÓRIA PRISIONAL .....	40
<b>2 O TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO</b> .....	<b>43</b>
2.1 A ORIGEM DO TRABALHO PRISIONAL, SEU SURGIMENTO NO BRASIL E SUAS DETERMINAÇÕES LEGAIS .....	43
2.2 O TRABALHO PRISIONAL FEMININO: CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE NO BRASIL .....	51
2.3 O TRABALHO NO MADRE PELLETIER: HISTÓRICO E PRÁTICAS INTERNAS ADOTADAS .....	54
2.4 O TRABALHO NA FAESP: HISTÓRICO E PRÁTICAS INTERNAS ADOTADAS.....	58
<b>3 MULHERES PRESAS E A VIDA “INTRAMUROS”: O SENTIDO DO TRABALHO PARA QUEM VIVE O CÁRCERE</b> .....	<b>64</b>
3.1 AS ENTREVISTAS.....	64
3.2 JOANA: O TRABALHO COMO FONTE DE CUSTEIO PARA AS DROGAS .....	65
<b>3.2.1 As primeiras impressões</b> .....	<b>65</b>
<b>3.2.2 Histórico prisional</b> .....	
<b>3.2.3 Trajetória de vida</b> .....	<b>67</b>
3.3 CLÁUDIA: A ENCARCERADA COM CARTEIRA ASSINADA.....	71
<b>3.3.1 As primeiras impressões</b> .....	<b>71</b>
<b>3.3.2 Histórico prisional</b> .....	<b>72</b>
<b>3.3.3 Trajetória de vida</b> .....	<b>73</b>

3.4 MARIA: O HIV, A HEPATITE E A FALTA DE NOVAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO .....	76
<b>3.4.1 As primeiras impressões .....</b>	<b>76</b>
<b>3.4.2 Histórico prisional .....</b>	<b>76</b>
<b>3.4.3 Trajetória de vida .....</b>	<b>78</b>
3.5 CRUZAMENTOS DAS TRAJETÓRIAS “INTRAMUROS” E AS RELAÇÕES SOBRE TRABALHO .....	81
<b>4 MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL E A VIDA “EXTRAMUROS”: O SENTIDO DO TRABALHO PARA QUEM VIVEU O CÁRCERE.....</b>	<b>87</b>
4.1 AS ENTREVISTAS.....	87
4.2 MARGARETE: O TRABALHO PARA O RESGATE DA FILHA PROSTITUTA.....	89
<b>4.2.1 As primeiras impressões .....</b>	<b>89</b>
<b>4.2.2 Histórico prisional .....</b>	<b>90</b>
<b>4.2.3 Trajetória de vida.....</b>	<b>90</b>
4.3 CAROLINA: AS ATIVIDADES OBSCURAS E A NEGAÇÃO DO TRABALHO .....	94
<b>4.3.1 As primeiras impressões .....</b>	<b>94</b>
<b>4.3.2 Histórico prisional .....</b>	<b>95</b>
<b>4.3.3 Trajetória de vida.....</b>	<b>96</b>
4.4 JULIANA: DA ORGANIZAÇÃO DOS TORNEIOS DE FUTEBOL PARA A VIDA ATRÁS DAS GRADES.....	99
<b>4.4.1 As primeiras impressões .....</b>	<b>98</b>
<b>4.4.2 Histórico prisional .....</b>	<b>100</b>
<b>4.4.3 Trajetória de vida.....</b>	<b>100</b>
4.5 CRUZAMENTOS DAS TRAJETÓRIAS “EXTRAMUROS” E AS RELAÇÕES SOBRE TRABALHO .....	105

<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

O Brasil, nos últimos doze anos, vem fazendo a consolidação de dados que ilustram uma nova lógica dentro do contexto da realidade carcerária do país. Tais estatísticas elucidam um ávido crescimento de mulheres envolvidas com o crime e, por consequência, com o cárcere. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, Depen/MJ, nos primeiros seis anos da década passada, de 2000 a 2006, houve um aumento da população prisional feminina de 135,37%, contra uma taxa de 53,36% do sexo masculino.

Porém, quando aferimos o índice de crescimento do cárcere feminino brasileiro nos primeiros dez anos da década passada, observamos que os números são ainda mais proeminentes e saltam para 252%, ao passo que o aumento dos homens em regime de reclusão foi estimado em 115%. Dessa forma, podemos perceber que, enquanto a população masculina dobrou, a feminina mais que triplicou.

Seguindo as estatísticas do mesmo departamento, em 2000, foi aferido que as mulheres representavam 3,20% do total da população prisional brasileira, 5.601 presas. Porém, atualmente, as mulheres reclusas já representam mais de 7% da massa carcerária do país - o que representa um número superior a 35 mil presas. (Ministério da Justiça - <http://www.mj.gov.br/depen/>).

No Rio Grande do Sul, estão localizados o presídio feminino Madre Pelletier e a Fundação de Amparo ao Egresso do Sistema Penitenciário, a Faesp, instituições onde estão e que atendem após a prisão as mulheres do grupo de estudo da presente pesquisa. Nesse estado, o índice de mulheres em

condição de pena de privação de liberdade corresponde, aproximadamente, a 7,5% do total da população carcerária estadual.

Em 2010, período inicial da pesquisa e da coleta de dados no Madre Pelletier, foi registrado o início de uma sensível alteração na engenharia estrutural do sistema penitenciário feminino do Rio Grande do Sul, com a inauguração de duas novas casas prisionais para receberem, exclusivamente, mulheres. Até então, o Madre Pelletier era a única penitenciária gaúcha destinada a tal fim.

Sendo assim, em agosto do mesmo ano, houve a inauguração da primeira nova casa prisional, em Torres, litoral do Rio Grande do Sul. O fato consumou a primeira etapa de transferências de presas do presídio porto alegre, que, superlotado, operava com 499 presas, o dobro da sua capacidade usual. Tal índice ilustra a dimensão da carência estrutural, vivenciada pela penitenciária na época, em oferecer condições minimamente dignas para as encarceradas.

Em abril do ano seguinte, houve a segunda destacada etapa de transferências, dentro do Madre Pelletier, com a inauguração de outra instituição gaúcha reservada para mulheres, desta vez situada em Guaíba, região metropolitana de Porto Alegre.

Sendo assim, nos dois anos em que houve a coleta de dados no Madre Pelletier, o pesquisador presenciou uma redução de 499 presas para 281, ou seja, uma diminuição de 218 mulheres. Portanto, o pesquisador pode acompanhar o processo interno utilizado pelo Madre Pelletier para selecionar as detentas a serem realocadas nas novos presídios, além do impacto direto dessas reduções no cotidiano prisional.

Os dados atualizados foram também fornecidos pelo Departamento de Segurança e Execução Penal da Susepe. O mapa carcerário gaúcho é composto de 29.930 presos, sendo 2.041 mulheres e 27.889 homens. (Susepe - <http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>). Portanto, podemos observar que o crescimento de mulheres presas tem sido muito maior do que a população carcerária masculina e vem se mantendo em percentuais elevadíssimos.

Na academia, por sua vez, a formação recente do quadro teórico que circunscreve a literatura sociológica criminal brasileira - imbuída de problematizar o processo conjuntural do sistema judiciário do país, tem se



destacado por um enfoque macrosocializante. Ou seja, tanto a Ciência Jurídica como as Ciências Sociais, recentemente, tem procurado focar suas abordagens sobre o sistema prisional sob uma perspectiva essencialmente objetiva, com prioridade para análise sobre as carências estruturais e institucionais desse sistema, além de empreender esforços acerca de discussões sistêmicas pautadas, basicamente, em normas e regras.

Portanto, em estudos que atendem as especificidades da macrocriminalidade, o eixo analítico central raramente leva em consideração a perspectiva dos atores sociais, direta ou indiretamente, envolvidos dentro dessa engenharia institucional, seja por meio da ótica, da narrativa dos próprios autores de crimes ou, também, pelos relatos e observações dos diferentes tipos de servidores que atuam para regimentar essa relação.

Optou-se por uma abordagem microssocial, ainda que se reconheça a importância da pesquisa sob o enfoque macrosocial. Acredita-se que há a necessidade, então, de se partir para um cercamento de proposições também subjetivas, que consigam transcender o “*modus operandi*” do sistema de encarceramento brasileiro, o que, por sua vez, não é feito de maneira ostensiva por parte dos pesquisadores sociais. Neste sentido, intentar-se-á obter a revelação de novos dados e interpretações sobre a criminalidade e o sistema prisional do país.

Outro aspecto a ser referendado é que ao mesmo passo que esse “inchaço” de mulheres - dentro do já precário sistema prisional do país – cresce desmedidamente, é preciso ressaltar que não existem informações oficiais e detalhadas que problematizem sobre a complexidade do tema, de maneira condizente com a emergência da situação.

Em síntese, comparativamente, podemos destacar que haveria um aumento exponencial do índice de criminalidade e encarceramento feminino, assim como certa “invisibilidade social” para discussão do problema – fatores que se relacionam de maneira inversamente proporcional, ou seja, a cada dia mais mulheres vivenciam sob a égide do cárcere, assim como, rotineiramente, cada vez menos se problematiza, analisa de maneira adequada e detalhada sobre os contextos e as condições em que essas mulheres estão envoltas.

Em níveis gerais, os meios de comunicação do país, por sua vez, abordam tal conjuntura somente pelo viés sensacionalista, de maneira

amplamente descontextualizada - cujo foco é a espetacularização do cotidiano prisional do Brasil, utilizando elementos como, por exemplo, a exploração da miséria humana e exposição de pessoas e instituições, como alavanca para obtenção de maiores índices da audiência, sem qualquer preocupação com o eixo de responsabilidade social, teoricamente inserido na essência conceitual dos meios de comunicação – como bem definiu Arbex Jr:

Quando testemunhamos diretamente um evento, temos a sensação de estarmos vendo “a” realidade empírica, é “a” verdade do fato que se manifesta diante dos nossos olhos [...] Esse mecanismo de “fabricação de opinião” simula a democracia: aparentemente, a “opinião” divulgada pela mídia interfere no curso dos acontecimentos, dando a ilusão de que o público foi levado em consideração. Na realidade, os indivíduos permaneceram isolados, espalhados pelas mais distintas cidades, regiões, estados e países, sendo virtualmente “unificados” pela mídia, mas sem terem exercido qualquer interlocução. É a “ágora eletrônica” que simula a antiga *polis*, onde tudo se debatia. As megacorporações simulam a ágora que legitimará suas próprias estratégias. (ARBEX JR., JOSÉ, 2001, p. 34, 56, grifo do autor)

Neste sentido, Machado da Silva aprofunda a crítica de Arbex e aponta alternativas para modificar o conceito de falta de profundidade das discussões dos meios de comunicação sobre as reais causas dos problemas sociais, sofridos no país:

Na era da informação, cada cliente tem o direito de saber tudo sobre a gravidez de Xuxa, sobre as traições de Lady Diana, os adultérios de Bill Clinton, as crises nervosas de Vera Fischer, etc. [...] Na era da informação, a maioria da população brasileira continua desinformada e manipulada. É até mais fácil ver o Brasil real nas telenovelas do que nos telejornais. Estes fccionam o país de acordo com os interesses das elites. Aquelas, num carnaval de imagens contraditórias, acabam por mostrar tudo, embora sem qualquer lógica ou efeito real de desnudamento das desigualdades nacionais. [...] Celebriza o horror cotidiano e desmitifica a ilusão infantil. Nada que destoe da imagem vencedora: o sensacional para sufocar a tristeza nacional [...] A limitação do poder da mídia depende da capacidade de estruturação política dos atores sociais. Quanto mais filtros aparecem (organizações sociais de todos os tipos), mais a influência da mídia encontra contrapoderes. Quanto mais a escola forma homens críticos, mais a mídia e o mercado são obrigados a reformar-se [...] O país necessita de uma crítica interna ao mercado capaz de postular a ampliação dos espaços públicos de discussão e de gerar mais democracia nos limites da sociedade capitalista. (MACHADO DA SILVA, JUREMIR, 2000, p. 22, 23, 27, 151)

O mais recente diagnóstico oficial detalhado sobre as mulheres brasileiras encarceradas, realizado pelo mesmo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, por exemplo, é de 2008. A instituição chegou a divulgar dados mais recentes, de junho de 2011, entretanto, nele constam somente poucos números, como os citados na primeira parte do texto, mas não há quaisquer interpretações ou a consolidação dessas informações.

Sendo assim, já se estabeleceria uma defasagem analítica, conjuntural de quatro anos, apesar da necessidade iminente e da carência de conhecimento aprofundado sobre os presentes perfis de crimes e dessas mulheres criminosas que estão encarceradas, bem como as condições atuais de quem já deixou o regime de reclusão e tenta dar os primeiros passos para retomar a vida longe das grades.

As poucas publicações produzidas, relacionadas ao objeto em questão, são desenvolvidas por jornalistas, pesquisadores, (Revista Zap – <http://www.eunenet.net/beth/encarceradas.php>), estudantes e alguns membros da sociedade civil (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Dhesca Brasil - <http://www.dhescbrasil.org.br>); (Associação Brasileira de Defesa da Sociedade Civil – ASBRAD - <http://www.asbrad.com.br>).

Com a ampliação da inserção do sexo feminino no universo do crime, diferentes combinações delituosas se desenham de maneira cada vez mais veloz, como, por exemplo, as tácitas implicações da vertiginosa incursão do sexo feminino no mundo das drogas, além do protagonismo das mulheres no envolvimento e comando de organizações criminosas – números crescentes que serão elucidados, de maneira mais detalhada, no primeiro capítulo da pesquisa.

Como decorrência imediata, a representação do encarceramento brasileiro também se modifica e a categorização semântica de trabalho, seja ele prisional ou não, assume notável destaque nas trajetórias de vida das entrevistadas.

Assim, utilizamos os conceitos da sociologia do trabalho por meio dos aportes dos autores Antunes (2001) e Carmo (2005) relacionados com a essência do conceito da palavra “Trabalho”, norteadora da presente pesquisa, e que foi assim definida em seu sentido original:

Podemos definir trabalho como toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza com sua inteligência. Entre homem e natureza, há atividades mediadoras: o homem modifica a natureza segundo seu desejo, visando extrair dela sua subsistência. Realizando essa atividade, o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com outros homens, na realização da atividade, estabelece a base das relações sociais (CARMO, 2005, p.21).

Em um passo seguinte, ao final da pesquisa, pretende-se associar, “cruzar” tais contribuições com o significado da prática do trabalho, especificamente, prisional – dessa vez, com as contribuições de Hassen (1999), Lemgruber (1999) e Moki (2005), como forma de mensurar características análogas e díspares.

De acordo com o que enfatiza Hassen (1999, p.23), em sua obra “O Trabalho e os Dias”, realizado numa penitenciária masculina, por meio da experiência do trabalho em um ambiente de criminosos, como é o caso da prisão, é possível investigar uma série de outros aspectos da vida social e simbólica do indivíduo, determinados pelo próprio trabalho ou por outros elementos, tais como o tempo livre, o lazer e a reflexão, que não estão relacionados ao trabalho, mas que também estão circunscritos na vida de quem está encarcerado.

Segundo a autora, é possível notar também como o trabalho incide na identidade pessoal de quem está recluso e como ele produz a divisão dos presos em grupos distintos: os que trabalham e os que não trabalham, por exemplo. Portanto, a atividade pode organizar o ambiente da prisão, dividindo especialmente a cadeia, com espaços adquirindo significados caracterizados, conforme estariam associados, ou não, ao trabalho.

Enfim, a relação dos presos com o trabalho produz uma reflexão genérica a respeito das representações humanas sobre essa dimensão das sociedades complexas, valendo-se do pressuposto segundo o qual na prisão se exarcebam as implicações do trabalho na elaboração de sua identidade. A prisão produziria um mundo privilegiado de reflexão para o seu paciente, oriundo das camadas populares, normalmente constringidas a regimes de trabalho extensos, de jornadas duplas, de horas extras, “bicos” de fim de semana (HASSEN, 1999, p.26, grifo do autor).

Dentro deste contexto, o escopo da pesquisa que segue resulta de um trabalho de campo realizado no período de abril de 2010 a agosto de 2012, no presídio feminino Madre Pelletier e na Fundação de Amparo ao Egresso do Sistema Penitenciário, a FAESP – ambas localizadas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Neste período, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com seis mulheres, três apenadas do Madre Pelletier e três egressas atendidas pelas Faesp.

O objetivo do estudo é saber de que forma as experiências de trabalho são integradas nas trajetórias de vida de presas e egressas do sistema prisional, de acordo com narrativas das próprias entrevistadas. É preciso ressaltar que não houve qualquer tipo de diferenciação com relação ao foco da abordagem para o grupo das seis entrevistadas, que contaram com plena liberdade para hierarquizar, elencar e valorar seus discursos da forma que melhor lhes conviesse.

A medida visava tornar, metodologicamente, mais tangíveis as interpretações e narrativas percorridas por elas. Assim, houve a utilização de um roteiro padrão, contendo perguntas e alguns tópicos, que serviram somente como um norte para as entrevistas (roteiro em anexo).

Seguindo as contribuições de Debert e Gregori (2008), as mulheres, assim como os negros, os favelados, os camponeses, os indígenas, dentre outros grupos, por exemplo, são atores sociais historicamente excluídos constituídos como minorias desprivilegiadas na sociedade e que, nos dias atuais, ainda lutam por reconhecimento de suas identidades, pela democratização dos seus direitos, bem como pelo acesso adequado e proporcional à justiça ou aos serviços públicos oferecidos pelo Estado.

Os presos, homens ou mulheres, também podem ser inseridos dentro desta categoria de minorias discriminadas socialmente, por estarem circunscritos em um sistema que precisa de irreversível modernização de sua arquitetura penitenciária, que não reconhece e contempla os direitos básicos previstos pela constituição brasileira, tais como assistência médica, jurídica, psicológica, social, além da ausência de preparação, profissionalização e oferta de garantia de oportunidades futuras no mercado de trabalho.

Logo, partimos da premissa que o grupo pesquisado é marcado por um processo de dupla exclusão social, ou seja, são mulheres e presas ou que

já estiveram presas, no caso das egressas, mas que têm em comum as marcas de um estigma duplicado, carregado pelas dinâmicas dessimétricas das relações de gênero. Neste sentido, na análise das entrevistas, esmiuçaremos de que maneira haveria, ou não, valoração, percepção das entrevistadas com relação a essa premissa do pesquisador de que as presas e egressas sofreriam diretamente um processo de dupla exclusão social, por serem mulheres e presas, como já fora citado acima.

A formação do primeiro grupo, com as três apenas entrevistadas, foi aleatória e ocorreu por meio de um sorteio realizado a partir da lista de matrículas e prontuários das presas. O sorteio foi feito presencialmente pelo pesquisador junto com a psicóloga da casa prisional, que foi destinada pela direção para “abrir as portas” da instituição, conceder entrevistas, formais e informais, além de receber, acompanhar e atender, cordialmente, as solicitações do pesquisador, nas diversas visitas feitas ao Madre Pelletier.

Após o sorteio, foi feito um convite formal à presa sorteada para que participasse da pesquisa e, felizmente, nenhum convite foi negado. Depois de aceita a solicitação, as entrevistas transcorreram em uma apertada e barulhenta sala dentro do presídio, localizada em frente à cozinha, destinada às presas e ao lado da sala das assistentes sociais.

A primeira apenas entrevistada estava trabalhando há três meses na Elo Sistemas Eletrônicos S./A. Com a montagem de subprodutos de medidores de energia elétrica, recebia um salário de, aproximadamente, R\$ 310,00 e cumpria uma jornada diária de seis horas. A segunda presa que concedeu entrevista estava há um mês reclusa, aguardando audiência que daria um desfecho para o seu futuro.

Ela ressaltou que havia optado por não trabalhar durante o período do cárcere para não ocupar uma vaga de outra “colega” já condenada, que poderia estar mais necessitada para obter o benefício da remição. A terceira detenta entrevistada dentro das dependências do presídio feminino destacou que, nos quatro anos de cárcere, sempre fez questão de realizar algum tipo de trabalho prisional.

Porém, contraiu o vírus HIV e recebe um auxílio-doença, que ultimamente estava sendo utilizado para o custeio de suas despesas pessoais, pois, com a saúde fragilizada, ela foi desligada recentemente de sua última

função laborativa, onde fazia bolsas e tapetes, em uma empresa de reciclagem.

Outro artifício empreendido, de grande valia para os objetivos da pesquisa foram os esclarecedores encontros com uma funcionária que trabalha há 19 anos no presídio, uma das mais antigas da instituição - “peça-chave” na organização do Madre Pelletier, por ser responsável pelo processo de recrutamento e gerenciamento interno das atividades de trabalho prisional.

Nesta primeira parte de captação de dados, relacionada à esfera “intramuros” que cerca o tema, os relatos obtidos com a psicóloga mencionada e com esta servidora, além, é claro, das entrevistas com as presas, foram preponderantes para poder se perceber e observar de maneira mais próxima as dinâmicas internas do presídio feminino no que diz respeito ao tema “trabalho”.

O Madre Pelletier foi criado em 1950 e, na época, era administrado e organizado pelas irmãs da ordem religiosa do Bom Pastor. A congregação ficou à frente do presídio até 1981, quando a governo estadual, por meio da Superintendência dos Serviços Penitenciários - a SUSEPE, passou a administrar toda a estrutura carcerária feminina da penitenciária.

Em 2010, como está citado no início do texto, durante a fase inicial de visitas, o presídio feminino, ao funcionar com o dobro de sua capacidade, estava superlotado. Nas duas galerias de detentas que não trabalham permaneciam quase vinte mulheres em uma única cela, com capacidade para, no máximo, seis apenadas.

Durante o trânsito interno dentro da instituição, era muito comum ouvir gritos e observar as exaustivas tentativas dessas mulheres de, por meio de sinais feitos com as mãos, indicarem a condição desumana em que estavam sendo submetidas, em razão do excesso de pessoas ocupando um mesmo espaço.

As duas servidoras públicas entrevistadas relataram que o critério base para divisão das presas que permaneceriam nas celas com excesso de capacidade permitida seria o envolvimento direto ou indireto delas com as atividades de trabalho da casa. Segundo as funcionárias, as presas que trabalhavam, precisavam de mais horas de descanso e de mais privacidade do que as demais.

As cozinheiras, por exemplo, responsáveis por gerenciar integralmente as duas cozinhas da casa, tinham uma galeria especial, somente para elas. A justificativa, de acordo com as servidoras, era de que o trabalho consolidava-se como o mais exaustivo dos disponíveis no presídio e que, portanto, seria preciso oferecer uma contrapartida para tais presas.

Mais uma vez, a gestora das atividades internas de trabalho prisional destacou que o processo de seleção para transferência das presas para os novos presídios esteve fundamentado no envolvimento, ou não, das detentas com as atividades laborais da casa. Ela enfatizou que quem não estivesse trabalhando ativamente ou então registradas como interessadas em oportunidades futuras no “banco de dados” da direção do presídio foram automaticamente transferidas para os dois novos presídios citados.

A servidora realçou ainda que o Madre Pelletier manteve o interesse de permanecer somente com esse perfil de mulheres, com o intuito de poder assistir “de maneira mais justa, quem, efetivamente, quer buscar a ressocialização e retomar a vida lá fora”, como foi mencionado. Assim, a vontade das detentas em aceitar e, assim, exercer as ofertas de trabalho interno foram utilizados pela direção como condição para aferir quem ambicionaria, ou não, ressocializar-se. Logo, a representação da experiência do trabalho é vista como símbolo de desejo, anseio para uma retomada social futura.

A formação do segundo grupo de entrevistadas veio da Fundação de Amparo ao Egresso do Sistema Penitenciário, FAESP, onde foram entrevistadas três egressas, que, por sua vez, também foram selecionadas aleatoriamente. A direção da fundação e o pesquisador realizaram um sorteio presencial com a ficha cadastral atualizada das egressas atendidas pela fundação.

Entretanto, foi um processo árduo e extenso, pois a maioria das ex-detentas contatadas mostravam-se resistentes para concessão de entrevistas sobre suas trajetórias de vida e experiências na prisão. O receio observado em suas falas era sempre o mesmo: os dados serem acessados “pela polícia” e suas narrativas serem vistas como confissões de novos delitos, o que poderia sugerir um novo retorno para o presídio, espaço notavelmente traumático para elas.



Outra justificativa recorrentemente utilizada pelas egressas para a negativa das entrevistas versava sobre a resistência ao exercício de reflexão que remetiam as muitas incertezas do período em que experienciaram o ambiente prisional, além das muitas lembranças de um passado adverso e nebuloso. Em uma dessas oportunidades, ouvida em um contato telefônico, a resposta enérgica expressava o temor: “Prefiro morrer a ter que viver de novo atrás das grades, tenho medo de voltar para lá e quanto menos eu falar sobre meu passado, menores serão as chances disso acontecer”.

Portanto, destacavam a relevância do presente em suas trajetórias, como forma de abrandar o impacto negativo do estigma, do preconceito da sociedade em relação a quem já teve passagem pela prisão, especialmente, no que se refere às dificuldades para obtenção de novas chances no mercado de trabalho.

A primeira egressa entrevistada estava em liberdade havia nove meses e, desde então, estava desempregada. No entanto, procurava emprego diariamente, sem conseguir êxito, haja vista que havia apanhado muito durante o cárcere e tinha problemas no cóccix, o que lhe causava muitas dores e a deixava sem possibilidade para “fazer faxina ou trabalhar em alguma outra função em que fosse preciso usar o corpo”, como disse. Além disso, contraiu Hepatite C e nunca havia trabalhado formalmente, antes da reclusão. Portanto, a inexperiência profissional aliada à sua saúde fragilizada dificultava ainda mais sua inserção ao mercado de trabalho.

A segunda egressa, contou que, no momento da entrevista, não trabalhava formalmente e que era sustentada pelo marido. Ela disse que o dinheiro que guardou oriundo do tráfico, antes de ser presa, utilizava para dar boas condições de vida para os filhos. A ex-detenta alegou que encontrava muitas dificuldades para conseguir algum trabalho efetivo. As únicas chances obtidas eram os “bicos” esporádicos que fazia com costura e artesanato, atividades que não eram do seu gosto, mas que, segundo ela, foram as únicas ensinadas dentro do presídio e que, por conseguinte, sabia executar longe da prisão.

A terceira egressa, por sua vez, que encerrou o ciclo de entrevistas, fazia sucessivos cursos profissionalizantes, como os de informática, e

aguardava aprovação para trabalhar como auxiliar de cozinha, em uma vaga de trabalho oferecida por um convênio de uma empresa privada com a Faesp.

A presidente da Faesp, Tânia Sporleder, à frente da instituição como voluntária, desde a sua criação, em 1997, recebeu o pesquisador durante as sucessivas visitas para observação do acompanhamento dos processos internos de atendimento às egressas, concedeu entrevistas e respondeu as dúvidas relacionadas ao funcionamento da fundação, além de comentar sobre as conquistas obtidas e as dificuldades enfrentadas, até então. Sporleder também cedeu o espaço da sede da fundação, chamada popularmente de “Casa do Egresso” para a realização das entrevistas exploratórias com as ex-detentas.

No primeiro capítulo, abordaremos as relações da questão de gênero com sistema prisional, além de uma revisão bibliográfica sobre a origem deste sistema, seu histórico e os debates empreendidos atualmente no país. No segundo capítulo, focaremos na genealogia do trabalho prisional e suas determinações legais. As peculiaridades e características do trabalho prisional feminino no país também merecem destaque nessa parte da dissertação, que também discorre sobre as especificidades das práticas internas de trabalho encontradas no Madre Pelletier e na FAESP.

No capítulo 3, o eixo central está fundamentado no sentido do trabalho para as mulheres que estão do lado de dentro do sistema prisional, “intramuros”, ou seja, sob a perspectiva de quem está experienciando o cárcere. As trajetórias de vida, segundo os relatos das próprias presas do Madre Pelletier entrevistadas: Joana, Cláudia e Maria, também fazem parte deste tópico.

E no capítulo 4, as avaliações e percepções do sentido do trabalho, segundo as mulheres que, por sua vez, já experienciaram o cárcere e que estão do lado de fora do sistema prisional, “extramuros”. A última parte deste tópico são as apresentações das trajetórias de vida dessas três egressas, segundo suas próprias narrativas. São elas: Juliana, Carolina e Margarete.

Os nomes das seis entrevistadas, presas e egressas, foram substituídos por nomes fictícios. O sigilo das reais identidades das mulheres foi a forma encontrada para procurar respeitar o critério de confidencialidade das informações. Além disso, em anexo, consta a redação do texto relativo ao

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado por todas as participantes da pesquisa.

Ao final, tentar-se-á observar as semelhanças e diferenças nas trajetórias das seis personagens e os contornos com que tais elementos surgem em seus discursos. A intenção é também procurar as conexões e discrepâncias existentes entre as expectativas e possibilidades de reinserção social de presas, em ocasião de liberdade, mas que ainda lutam por melhores condições dentro da prisão e de egressas, que, por sua vez, lutam por reconhecimento em busca de novas oportunidades e condições de sobrevivência.

Por fim, podemos ressaltar que o desígnio da presente pesquisa é também procurar ampliar, complementar e aperfeiçoar o conhecimento do quadro conjuntural do cárcere feminino estabelecido no Brasil, bem como fornecer novos elementos para ajudar a fundamentar futuras formulações de políticas públicas sobre o assunto.

## CONCLUSÃO

Ao final da presente pesquisa, podemos problematizar alguns destacados elementos relacionados as trajetórias e perspectivas futuras das entrevistadas que deveriam “saltar aos olhos” da sociedade, do poder público e dos demais pesquisadores científicos da área. Como fora citado na introdução, o índice de encarceramento feminino cresce de maneira desmedida, veloz e parece normatizar uma nova lógica conjuntural no país que, apesar de parecer se edificar de maneira aparentemente silenciosa, surda é motivo para a criação de um preocupante conjunto de problemas sociais e do acirramento da violência nas suas diversas expressões.

De acordo com os dados divulgados no primeiro capítulo, é preciso perceber que com a edificação dos princípios da sociedade contemporânea, os papéis sociais das mulheres foram modificados e como consequência houve um notável crescimento de responsabilidades, onde as mulheres executam atividades antes exercidas somente por homens. Além disso, muitas vezes terminam tendo que atuar como “chefe de família”, tendo em vista que 57% dos lares das famílias das presas eram assumidos financeiramente por elas antes do cárcere. Como destacou Nedel, Paz e Chies (2007), também há um desenvolvimento nos índices de mulheres que são mães solteiras – fato que responsabiliza integralmente essa mãe, desde a concepção, até o processo de educação dos filhos.

Entretanto, é preciso ressaltar que também se um maior envolvimento do sexo feminino com o crime, as drogas e o cárcere. Dessa maneira, a escassez de atualização, reflexão e problematização sobre a realidade da vida de mulheres no sistema prisional do país - seja antes, durante ou depois do cárcere, revela um total descaso e desrespeito aos direitos humanos e aos avanços conquistados pela mulher nas últimas décadas. A obscuridade e o afastamento com que o tema é apresentado pela mídia e pelas entidades públicas, responsáveis por equacionar tais adversidades, elucida uma miopia social generalizada no país. Sendo assim, caracteriza-se como um tema praticamente invisível dentro da agenda pública. As mulheres que receberam voz nessa pesquisa são invisíveis para a maioria da sociedade brasileira.

Como está presente nos capítulos três e quatro, é possível perceber que as trajetórias de vida de presas e egressas do sistema prisional se confundem com histórias de violência e com o complexo mundo do crime e das drogas. Sendo assim, de acordo com o que fora pesquisado e experienciado, as relações entre a vitimização, suas posteriores ações delituosas e suas consequentes participações no sistema prisional parecem ser essencialmente fortes entre as mulheres.

De acordo com seus relatos, suas trajetórias incluem abuso sexual, relações muito conturbadas com os familiares diretos, pais alcoólatras, maridos violentos e agressores, além de terem experienciado o assassinato, muitas vezes precoce, de pais, irmãos e maridos – todos, na maioria dos casos, também envolvidos com crimes e ilegalidades.

Em nível nacional, no âmbito conjuntural, relacionado à estrutura oferecida as mulheres presas, é preciso também uma maior atenção e análise. Apesar do Rio Grande do Sul ter dado os primeiros passos para desafogar o processo de superlotação dos presídios femininos, com a inauguração recente de duas novas casas, exclusivamente, para mulheres, essa realidade não é a mesma no restante do país, como ficou evidenciado nos dados do primeiro capítulo.

Alguns estados como Santa Catarina, por exemplo, ainda não possuem nenhum estabelecimento específico para mulheres. No Norte e Nordeste do país a situação é semelhante, onde são registrados, em muitos estados dessas regiões, apenas uma instituição construída só para as mulheres cumprirem suas penas, de maneira digna.

Portanto, as mulheres são obrigadas a se submeterem ao regime de reclusão em lugares construídos para o sexo masculino, mas que muitas vezes, desativados, são transformados e, assim, oferecidos as mulheres. A precariedade desses estabelecimentos “adaptados” torna-se visível e coloca em risco a saúde da mulher-mãe presa, por exemplo, que não possui locais destinados a recém-nascidos, além da ausência de padronizações sobre horários e inexistência de creches que normatizem a integração da mãe com a criança – que, em última análise, fica encarcerada, ainda que indiretamente.

Outra consequência vivenciada pelo sexo feminino está na falta de atenção médica, acesso a práticas de prevenção, tratamento e devido

acompanhamento médico. Em muitas unidades prisionais no país o controle de doenças tornam-se inexistentes.

Portanto, tal quadro citado evidencia ausência de políticas públicas penitenciárias que assistam as mulheres reclusas e, posteriormente, após o cárcere, auxiliem no processo de ressocialização e retomada do trabalho. Tal reflexão pretende aqui elucidar a omissão que pune grupos sociais mais vulneráveis – como é o caso da mulher.

Vimos que no cruzamento das trajetórias de vida, do grupo de mulheres entrevistadas, o contexto das drogas, seja para o consumo próprio ou para o tráfico, está sempre presente. Aliás, a falta de políticas públicas relacionadas ao processo de reinserção social faz com que o tráfico de drogas atue na vida dessas mulheres de modo similar ao mercado de trabalho convencional. Portanto, há uma nítida possibilidade de problematizarmos o conceito de trabalho versus o tráfico.

Como observamos ao longo das narrativas de presas e egressas, a prática criminosa é, muitas vezes, a única fonte de sustento, a única possibilidade de obtenção de uma vida digna, antes do cárcere e, após ele, recorrentemente, serve como alavanca para retomada de condições básicas de subsistência. Entretanto, esse é um processo normatizado dentro de um “circulo vicioso”, que começa na ilegalidade, pois as oportunidades legais regimentadas não são suficientes, e termina com o cárcere. Após o cumprimento da pena, o mesmo processo torna a acontecer, sem intervenção pública ostensiva para edificar novas lógicas estruturantes.

Infelizmente, é preciso deixar claro que são necessárias políticas públicas que consigam concorrer com os possíveis “benefícios” que o tráfico traz. Atualmente, em níveis gerais, isso não acontece no Brasil. A ocorrência das ofertas de trabalho legais disponíveis são escassas, desestruturadas e feitas por entidades como a FAESP, instituição sem fins lucrativos, mantida com solidariedade de alguns poucos, mas que é muito precária e que agoniza sem a participação e apoio do poder público.

Neste sentido, de acordo com o conceito de trabalho de Carmo (2005), citado na introdução da pesquisa, ao realizar essa atividade os seres humanos se transformam, se autoproduzem e extraem dela sua subsistência. Entretanto, segundo os conceitos de Lemgruber (1999), Hassen (1999) e dos relatos das

entrevistadas observamos que há até uma contradição no conceito original da categoria trabalho com a prática realizada dentro dos presídios.

Atualmente, nas atividades de trabalho ofertadas dentro dos presídios brasileiros, as mulheres não se transformam, autoproduzem ou se sustentam com o que recebem. Aliás, como destaca Lemgruber, dentro dos muros da prisão, o encarcerado não consegue alterar sua condição, por meio do trabalho prisional:

O preso vai perdendo a noção do relacionamento dele com seu sustento. Isso é fácil de explicar: aqui fora, se você ganha mais ou menos, você vive melhor ou pior. Para o preso, se sua situação melhora ou piora, isto na verdade nada tem a ver com ele. Se é uma administração melhor, ele come melhor, dorme melhor. Se vem uma administração que rouba os gêneros alimentícios, a comida dele piora. Não tem nada a ver com o que ele faz ou deixa de fazer. Isso cria uma série de fatores de prisionização graves, porque modifica radicalmente a postura do sujeito perante a vida e tende a criar no preso uma imagem mágica do mundo – tudo que acontece, acontece simplesmente. (LEMGRUBER, 1999, p.138).

Portanto, essa incongruência entre a categoria trabalho com a prática, realizada nos presídios e designada como “trabalho prisional” ilustra na realidade um processo de sucessivas tentativas de disciplinarização e higienização, onde as relações de opressão e exploração seguem acontecendo, somados aos processos de violação dos direitos das mulheres em situação de encarceramento.

Dentro desta análise, então, da maneira como está estabelecido, o “trabalho prisional” deveria ser nomeado como mais uma atividade prisional, assim como as demais realizadas internamente, mas, conceitualmente, não poderia ser categorizado como trabalho, por não preencher os seus requisitos básicos, apontados por Carmo (2005).

Outro aspecto, que deve ser aqui rememorado, é com relação as características das atividades laborativas oferecidas internamente as mulheres. A conjuntura do trabalho prisional esta baseada em baixa remuneração, jornadas de trabalho inadequadas, além de serem burocráticos, repetitivos, manuais e que não demandam conhecimento técnico ou intelectual.

Além disso, no sistema prisional feminino, são oferecidos trabalhos altamente estereotipados, que seriam “vocacionados” socialmente para o sexo

feminino. Dessa forma, a mulher na prisão pratica atividades como o corte, a costura, o artesanato, a faxina e a cozinha.

Não há qualquer respeito as características e aptidões das detentas quanto as ofertas de trabalho. As presas, por exemplo, que não gostam de artesanato, cozinha ou costura ficam a margem e sem opções de atividades para exercer. Neste sentido, reforça-se o que Antunes (1999) destaca quanto as transversalidades históricas entre as dimensões de classe e gênero na divisão sexual do trabalho.

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo são destinadas as mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores / as imigrantes e negros /as). (ANTUNES, 1999, p.105,106)

Segundo o autor, outro elemento a ser citado está relacionado ao aumento inegável da participação feminina na força de trabalho, mas que ainda existiriam notáveis desigualdades de funções, responsabilidades e salários.

Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo de trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado. No Reino Unido, o contingente feminino superou recentemente o masculino na composição da força de trabalho. Sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho. (ANTUNES, 1999, p.105)

Ao final da pesquisa, outro elemento analítico que também é preciso ser enfatizado diz respeito a forte oposição dos discursos sobre a importância do trabalho e a representação dele no futuro - evidenciados entre quem está dentro dos muros da prisão e de quem lá esteve, mas que, por sua vez, tenta, com os dissabores da prática, retomar a vida. Em níveis gerais, na composição



do primeiro grupo de entrevistadas, as presas, nota-se que o trabalho, junto com o estudo, possui um sentido nitidamente voltado para a retomada social, ele simboliza a esperança.

Muitas acreditam que, por meio da obtenção e efetivação do trabalho, conseguirão desvincularem-se do crime. Entretanto, no segundo grupo, nota-se um discurso oposto que representaria a realidade - tal como fora visto no depoimento de uma egressa, que destaca que com a baixa capacitação profissional oferecida nos presídios, aliada ao forte estigma social de ter sido uma detenta, as chances de uma egressa conseguir um trabalho regular seriam mínimas.

Mesmo com a ausência de oportunidades para construírem uma vida digna, fora dos muros prisionais, elas acreditam que a instituição poderia servir como uma das únicas fontes aproveitáveis de, ao menos, completarem os estudos básicos, haja vista que muitas não conseguiram frequentar a escola. A falta de políticas públicas penitenciárias faz com que, tanto presas como egressas, se autculpabilizem por suas condições e sintam-se ameaçadas, tenham medo, receio das reações da sociedade com elas, de forma que o desejo de muitas é mudar de bairro, emprego e endereço – ao passo que esse processo de autculpabilização deveria ser observado e assumido pelos poderes públicos.

Além de políticas públicas penitenciárias específicas para mulheres, é preciso que elas deixem a situação de invisibilidade social, condição em que estão imersas há algumas décadas. Para tanto, como já fora citado algumas vezes, é urgente que os operadores sociais, a mídia, o poder público adotem uma nova postura, ao problematizar o tema de maneira adequada, sem sensacionalismos, exposições desnecessárias e explorações da miséria humana. O foco deve ser as causas e consequências desse mundo obscuro, que cresce a passos largos, mas que, infelizmente, permanece esquecido, afastado da agenda pública brasileira.